

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 27 de outubro de 2000

Ano 2 Nº 39

Xanxerê sedia primeira audiência do Orçamento Regionalizado

O objetivo do OR é eleger as prioridades, entre obras e serviços, a serem incluídas no Orçamento do Estado de 2001, num processo o mais democrático possível, proporcionando igualdade de tratamento para todos os municípios catarinenses.



Deputados presentes à audiência

Lideranças políticas de 52 dos 79 municípios da região Oeste do Estado apresentaram reivindicações de obras para a Comissão do Orçamento Regionalizado na primeira audiência pública realizada nesta quinta-feira (26), às 9 horas, no auditório do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, em Xanxerê.

A mesa dos trabalhos, sob a coordenação do deputado Jorginho Mello (PSDB), foi composta por parlamentares, prefeitos e pelo Secretário Estadual de Desenvolvimento do Oeste, Valmor Lunardi. Jorginho destacou que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os administradores vão tratar a peça orçamentária com mais seriedade, priorizando as obras mais importantes para cada região, ou seja, aquelas apontadas no Orçamento Regionalizado.

O prefeito de Xanxerê, Hélio Winckler (PPB), lembrou que na última audiência pública a região da Associação dos

Municípios do Alto Irami (Amai) solicitou e foi agraciada com três obras: o contorno viário da cidade, já inaugurado com o

nome do ex-governador Wilson Kleinübing, com o custo de R\$ 4 milhões; a construção da Companhia da PM e, em fase de conclusão, a ampliação do Hospital Regional São Paulo. Agora a Amai pede a pavimentação do Aeroporto João Winckler e da estrada que liga o município a Lageado Grande e Marema, fundamental para o escoamento da produção agrícola.

O deputado Neodi Saretta (PT) afirmou que não há vontade política do governo do Estado em fortalecer o OR. Já para o deputado Gelson Sorgato (PMDB), disse que o OR é um elo entre a Assembléia e as prefeituras, propondo que o Executivo destine um valor entre R\$ 30 e R\$ 50 mil para cada um dos 293 municípios

catarinenses.

A mesma opinião tem o deputado Milton Sander (PPB), que enfatizou que a Assembléia está analisando o Orçamento Estadual e que as emendas dos parlamentares devem seguir o apelo das lideranças nas audiências públicas. Acreditando que serão mantidos os R\$ 30 milhões para 2001, frisou que, pela ordem, os pedidos de obras mais frequentes

passam pelos setores de transporte, educação e saúde. Foram eleitos para o Conselho do OR o prefeito eleito de Xanxerê, Avelino Menegolla (PFL), como titular, e o prefeito eleito de Coronel Freitas, Silvano Grasel (PPB).

Próximas audiências

27/10 Correia Pinto – Planalto Serrano e Vale do Rio do Peixe
09/11 Joinville – Norte/Nordeste
10/11 Blumenau/Indaial – Vale e Alto Vale do Itajaí
13/11 Laguna – Sul e Grande Florianópolis

**Busca de solução
para conflitos
entre agricultores**

e PM

Página 4

**CPI do
Narcotráfico
intensifica**

investigações

Página 5

OPINIÃO

Considerações sobre o processo eletrônico de votação



Ao abordar o pleito municipal verificado no dia 1º deste mês, urge, preliminarmente, consignar um elogio à Justiça Eleitoral, que, uma vez mais, sem descuidar da preocupação com a lisura dos resultados, saiu à frente das demais unidades da Federação, anunciando o placar global das 293 cidades do Estado.

Com o escopo único de contribuir para o aprimoramento do sistema eletrônico de votação, que é irreversível, eis que veio para ficar, algumas considerações impõem-se, até mesmo em face das críticas reiteradas que pululam aqui e acolá.

O principal ponto de controvérsia reside na incerteza que toma conta de muitos eleitores quanto à efetiva correspondência entre o ato de digitação e a computação do voto para o candidato escolhido.

Isto porque, conforme depoimentos, vezes há em que, após a digitação do número do candidato, a fotografia respectiva, por falha técnica, não aparece no monitor, fazendo brotar a incerteza.

Como nosso grau de certeza é muito maior com a constatação física do que com a constatação virtual, poder-se-ia aperfeiçoar o sistema, assegurando ao eleitor a impressão do voto em fita de papel, que ficaria retida, sem identificação do votante, no interior do equipamento.

Esta prova inequívoca da materialidade do voto daria muito mais segurança ao eleitor, bem como ensejaria à Justiça Eleitoral um meio físico de checagem em caso de fundada dúvida ou de impugnação.

Questões como esta, que invariavelmente exsurtem logo após o pleito eleitoral, merecem ser refletidas, a fim de que tenhamos, sempre, um sistema seguro, moderno, cada vez mais aprimorado.

Imaginar-se, tempos atrás, que todo o processo de votação seria eletrônico, como ora sucede, era algo utópico, mas hoje é inexorável, devendo, por isto, ser continuamente aperfeiçoado, com sugestões como a ora dada e outras tantas, visando, antes e acima de tudo, a preservar a vontade livre e soberana do eleitor.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB)

Trabalho voluntário: iniciativa polêmica



A Comissão Parlamentar Externa da Assembléia Legislativa, ao propor alteração na Lei Complementar 180 (suprime a alínea que trata do trabalho voluntário), externa sua preocupação com as propostas e os resultados dessa iniciativa em algumas universidades.

A descaracterização do trabalho voluntário está evidente. Uma proposta que deveria trazer benefícios para a comunidade, para o aluno e para a universidade está desvirtuada.

Os alunos estão fazendo pedágio a fim de angariar recursos para atender as comunidades carentes. Ou seja, uma ação filantrópica “esmoleira”, com alguma sobra para uma “festinha” ao final dos trabalhos.

Outro fator preocupante: este critério é determinante e obrigatório para que o aluno seja contemplado com bolsa.

Um aluno que trabalha período integral, das 8h às 12h, das 14h às 18h, e estuda à noite, necessita dos finais de semana para estudar. Um outro caso bastante comum é a estudante casada

que tem filhos, trabalha período integral, estuda à noite e nos finais de semana precisa dedicar-se à família. Em ambos os casos os alunos são carentes. Porém, pelo fato de não disporem de tempo para o trabalho voluntário, estão automaticamente excluídos do processo de seleção. Ou seja, não têm direito à bolsa.

Não somos contra o trabalho voluntário. Mas a falta de critérios em sua implantação está desagradando o aluno e a instituição, e a comunidade também não está obtendo benefícios.

Devemos discuti-lo? Com certeza! Mas não podemos atravancar o processo de seleção que continua ocorrendo nas universidades em detrimento de discussões e audiências que ainda estão por acontecer sobre o assunto. O processo é demorado.

No momento em que estiverem definidos os critérios para a implantação do trabalho voluntário e que estes contemplem os anseios de todos os segmentos envolvidos, então acrescenta-se este item na referida Lei, pois alterações em lei complementar são possíveis a qualquer momento.

Deputado Jorginho Mello (Líder do PSDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Presidente Knaesel recebe Embaixadores da China e África do Sul

Nesta semana, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), recebeu em gabinete a visita protocolar dos embaixadores da República Popular da China, Wang Yong Xiang, e da África do Sul, Mbulelo Rakwena.

Realizando em Santa Catarina sua primeira visita em cinco meses de trabalho no Brasil, o embaixador da República Popular da China enfatizou que apesar da grande distância geográfica, a China e o Brasil mantêm muitos intercâmbios em diversos níveis e setores, incluindo o legislativo. O próprio estado de Santa Catarina já estabeleceu diretamente alguns destes acordos com os chineses.

Knaesel relatou ao embaixador a sua viagem à China com alguns deputados, realizada em julho último, afirmando que a missão serviu para detectar várias

frentes nas quais devem ser desenvolvidas parcerias entre os países. Mencionou as áreas de reflorestamento e a criação de suínos, mas dedicou especial atenção à possibilidade de uma parceria tecnológica na implementação de uma escola de aproveitamento de derivados da soja e à divulgação da técnica chinesa de plantio do arroz em Santa Catarina. “No caso do arroz, a técnica chinesa permitiria que o Estado tivesse três safras por ano em vez de apenas uma, como ocorre atualmente”, explicou.

Em sua viagem para a China, a ser realizada na próxima semana, o governador Esperidião Amin assinará um protocolo declarando “Estados Irmãos”

(foto Alberto Neves)



(foto Solon Soares)

Presidente e embaixador da República Popular da China

Santa Catarina e a província chinesa de Heilongjiang. Este protocolo foi sugerido pelos parlamentares catarinenses em sua ida à província, em julho deste ano.

Interesse no Mercosul

Em sua conversa com o presidente Knaesel, o embaixador sul-africano declarou abertamente o interesse de seu país em fazer parte do círculo de nações que mantém relações comerciais com o Mercosul. Classificou de “crucial” o papel de Santa Catarina no próximo mês de dezembro, quando irá sediar a reunião de cúpula do Mercosul. Na ocasião, estarão reuni-

dos em Florianópolis todos os presidentes dos países integrantes do bloco. Por causa deste evento, a África do Sul, segundo informou Rakwena, acelerou o andamento de uma série de propostas a serem feitas aos países do Mercosul enquanto seus líderes estiverem reunidos. O objetivo é dar início a um relacionamento comercial e diplomático mais forte e abrangente. O foco mais forte do interesse sul-africano é o setor de couro, em especial a indústria calçadista. “Este é um comércio que estamos tentando reerguer na África do Sul”, explicou o embaixador.



Deputados e embaixador da África do Sul

Cursos na Assembléia qualificam servidores

Ensino presencial e a distância são as duas modalidades dos cursos gratuitos oferecidos pela Assembléia a servidores públicos.

Iniciados no último dia 4 de setembro, estendendo-se até 30 de novembro, são 36 cursos ministrados nas dependências da Assembléia e outros 33 através da Internet. Essa nova metodologia de ensino permite ao aluno definir e programar seu horário de estudo, possibilitando o seu desenvolvimento e capacitação profissional. Os cursos estão direcionados para as atividades específicas do processo legislativo, informática e recursos humanos.

De acordo com Cleide Beatriz Darella, coordenadora-geral do projeto, o objetivo é a qualificação e a requalificação profissional e os recursos são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho, através do Serviço Nacional de Emprego (Sine) e da Secretaria da Família.

Aos participantes serão oferecidos certificados de conclusão, expedido pela entidade executora, Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí-Unidavi. Os alunos que completarem as aulas concorrem a prêmios semanais, oferecidos pelas empresas parceiras TIM Celular, Caixa Econômica Federal e RZ

Informática.

O presidente Gilmar Knaesel declarou que estes cursos são a continuidade de um investimento cujo objetivo é agregar conhecimentos para quem atua no serviço público. “Hoje não há mais espaço para quem não se moderniza”, afirmou. Knaesel lembra que os cursos, nas mais diversas áreas, possibilitam ao funcionário aperfeiçoar-se na sua área de atuação e ampliar seu campo de conhecimentos.

Os interessados em participar dos cursos pela Internet podem acessar diretamente o site www.alescnet.sc.gov.br ou entrar em contato com a Assembléia através dos telefones (048) 221-2549 ou 221 2904.

COMISSÕES

Convênio deverá acabar com conflitos sobre licença ambiental

O presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, deputado Nelson Goetten (PPB), esteve no Palácio do Governo nesta quarta-feira (25) com o objetivo de buscar uma solução para os conflitos entre agricultores e Polícia Ambiental, que vêm ocorrendo principalmente nas regiões do Alto e Médio Vale do Itajaí e Norte do Estado. Participaram da reunião o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, João Macagnan, o Secretário de Governo, Amaro Lúcio da Silva, o Comandante-Geral da PM, Cel. Walmor Backes, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Blumenau, Rolf Guenther Sprung.

O problema está na concessão de licença ambiental, especificamente para o corte de vegetação até 1,5 hectare. De acordo com as denúncias apresentadas durante a reunião, a Polícia Ambiental está tomando atitudes arbitrárias em relação aos agricultores, chegando a



Deputado Goetten cobra da PM fim dos conflitos

invadir propriedades fortemente armada. “Queremos que os policiais estabeleçam diálogo com os agricultores e que possamos ter gente especializada para conceder os licenciamentos ambientais”, afirmou Rolf Sprung. Já o Comandante da PM prometeu apurar as denúncias apresentadas.

O Secretário João Macagnan disse que a solução para o problema é estabelecer

um convênio entre Secretaria do Meio Ambiente, Fatma e municípios para a criação de fundações e órgãos ambientais com técnicos especializados, que irão trabalhar na concessão das licenças ambientais aos agricultores. O assunto, que já está na Procuradoria-Geral do Estado, deverá ter um parecer final nos próximos dias.

Para o deputado Nelson Goetten, este foi o encontro mais produtivo realizado até o momento para tratar desse assunto. “Vamos acompanhar as reuniões entre a SMA, Fatma e Polícia Ambiental que irão ocorrer nas regiões de conflito. Não somos contra a fiscalização, mas os policiais precisam entender que o diálogo é a melhor maneira para acabar com esse problema, e não a violência que vem sendo registrada”, concluiu.

CPI da Sonegação fica para a próxima semana

Embora já esteja oficialmente constituída, a CPI que vai investigar casos de sonegação fiscal em Santa Catarina vai ser instalada somente na próxima semana, após a publicação, no Diário da Assembléia, do projeto de resolução que a criou. A CPI foi solicitada pela deputada Ideli Salvatti (PT), que recebeu uma série de denúncias de sonegação fiscal que estariam ocorrendo em todo o Estado.

Esta semana, os partidos políticos representados na Assembléia Legislativa apresentaram os nomes dos deputados que integram a Comissão: Ronaldo Benedet e Rogério Mendonça, do PMDB; Ivan Ranzolin e Nelson Goetten de Lima, do PPB; Ideli Salvatti, do PT; Julio Garcia, do PFL, e

Jorginho Mello, do PSDB. Este último representa os pequenos partidos, que têm menos de cinco representantes no Legislativo estadual. Somente depois de publicado o projeto de resolução é que serão eleitos o presidente e o relator da Comissão.

Denúncias - A CPI já tem pelo menos três denúncias para serem investigadas: sobre a Makenji, de Florianópolis, sobre sete empresas sonegadoras da região do Vale do Itajaí, envolvendo um desvio de cerca de R\$ 56 milhões, e sobre uma empresa de Mafra, no Planalto Norte, implicando aproximadamente R\$ 1,5 milhão. De acordo com a deputada Ideli Salvatti, “existem fortes indícios de envolvimento de setores da Secretaria da Fazenda”.

Agricultura discute febre aftosa

Audiência pública desta sexta-feira (27) durante a Expolages, promovida pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), pretende debater com produtores da região os efeitos e a situação do problema da febre aftosa no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e, agora, no Uruguai. “Os nossos produtores precisam ser informados sobre o que realmente está acontecendo e que precauções podem ser tomadas por aqui”, justifica o deputado.

Sopelsa declarou que viaja para Lages muito preocupado, pois tomou conhecimento de que foi detectado um foco de febre aftosa numa propriedade em Artigas, no Uruguai. O município faz fronteira com a cidade de Quaraí, Rio Grande do Sul.

O evento, com início previsto para as 9 horas, também é uma promoção da Comissão Externa da Febre Aftosa da Assembléia de SC e do Sindicato Rural de Lages.

COMISSÕES

Comissão de Educação discute manutenção do PET

Atendendo requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT), o presidente da Comissão de Educação, deputado Joares Ponticelli (PPB), coordenou nesta terça-feira (24) um debate com alunos e professores do Programa Especial de Treinamento (PET) da UFSC, Unoesc, Udesc e Furb. O PET visa à formação de profissionais mais capacitados para uma melhor atuação no mercado de trabalho e na sociedade. Formado por acadêmicos/bolsistas e um professor/tutor, o PET presta diversos serviços à comunidade acadêmica. Atualmente são 18 grupos em Santa Catarina, sendo 14 na UFSC.

O Programa, criado em 1979 pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), é formado por 314 grupos, distribuídos em 59 instituições de ensino superior do País. Segundo professores e alunos presentes ao encontro, apesar da já comprovada eficiência do programa, o PET vem enfrentando problemas com o corte de recursos.

Durante a reunião, os deputados aprovaram moção da Comissão, que será



Deputada Ideli Salvatti

encaminhada às Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e ao Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, solicitando apoio para que a verba do Orçamento da União destinada ao Programa seja mantida.

No próximo dia 21 de novembro o assunto será amplamente discutido durante a audiência pública na Comissão de Educação do Senado, que contará com a presença de representantes das universidades catarinenses e da Comissão de Educação da Assembléia de SC.

Blasi contra mau uso do Fundef

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) quer que a Assembléia, por intermédio das Comissões de Fiscalização e Educação, adote providências quanto à rejeição da prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef. No dia 9 deste mês, o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social desse Fundo rejeitou as contas quanto ao emprego dos recursos. "Esta Casa precisa tomar medidas para responsabilizar quem aplicou mal esses valores", justifica.

Segundo ele, se o governo do Estado aplicasse 60% dos recursos nos salários dos professores, conforme prevê a legislação, o nível remuneratório em Santa Catarina não seria "tão ridículo". O Fundef foi criado em 1988 para financiar o ensino de 1ª a 8ª série e incrementar ganhos aos professores.

Recentemente, um jornal de circulação nacional apresentou um ranking sobre os salários pagos aos professores nos 27 estados da Federação. Santa Catarina ocupa a 22ª posição na remuneração dos docentes com ensino médio e a 23ª posição dos docentes com ensino superior. Conforme o deputado, "é uma posição lastimável e vergonhosa, pois estamos à frente somente de alguns Estados que, sabidamente, ostentam uma posição no cenário econômico muito inferior à nossa".

De acordo com a pesquisa do jornal, o estado catarinense permanece à frente apenas de unidades nortistas, como Sergipe, Piauí e Pernambuco, e de estados nortistas, como Acre e Pará. "Nós, que ao longo do tempo sempre nos ombreamos com Paraná e Rio Grande do Sul neste quesito, de uns tempos para cá, em face da falta de vontade política do Poder Público, estamos verificando essa situação de miserabilidade em relação àqueles que têm a ingente tarefa de preparar o presente e o futuro do nosso Estado", lamenta.

CPI intensifica ações em Criciúma

A Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que investiga o narcotráfico e a macrocriminalidade em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), decidiu, em reunião nesta segunda-feira (23), intensificar as investigações no que se refere ao tráfico de drogas na região Sul do Estado. A base das operações será a cidade de Criciúma.

A medida foi tomada depois que o deputado Jaime Mantelli (PDT), relator adjunto da CPI, e o delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), Dirceu Silveira Júnior, estiveram em Criciúma, na última quinta-feira, para uma reunião com a força-tarefa da Comissão Especial da Câmara de Vereadores, que investiga o tráfico de drogas e o crime organizado em nível local.

Nos próximos dias, uma equipe de policiais civis, militares e federais da força-tarefa da CPI deslocar-se-á para Criciúma com todo o material de investigação disponível para intensificar as ações antidrogas na região, uma vez que lá as denúncias de narcotráfico têm-se tornado uma verdadeira rotina.

Segundo o deputado Jaime Mantelli, não há necessidade da presença física dos parlamentares que integram a CPI em Criciúma, porque a Comissão Especial da Câmara vem realizando um bom trabalho.

Provavelmente, na próxima quinta-feira, uma nova testemunha prestará depoimento. No entanto, ainda não estão definidos o local e a hora da reunião. O deputado João Henrique Blasi apenas adiantou que a testemunha é da região Oeste do Estado e prestará informações a respeito do crime organizado, especialmente sobre roubo de cargas.

PLENÁRIO

Duarte propõe mudança no Conselho de Contribuintes

O líder do PPS na Assembléia Legislativa, deputado Jaime Duarte, apresentou projeto de lei ampliando de sete para catorze o número de membros do Conselho Estadual de Contribuintes. Subordinado à Secretaria da Fazenda, o órgão julga litígios e questionamentos entre os contribuintes e a Receita Federal.

A proposta, que deu entrada na última quinta-feira, tem a intenção de democratizar o Conselho. "Este órgão, que até bem pouco tempo era desconhecido pela grande maioria da população, vem se destacando na mídia pela falta de transparência nas suas decisões", afirmou o autor do projeto.

Para Jaime Duarte, é importante salientar que as decisões tomadas pelo Conselho de Contribuintes são de caráter público. Ele lembra que questões tributárias e fiscais são de interesse da sociedade, que



Deputado Jaime Duarte

é pagadora de impostos e espera ver a receita transformada em benefícios.

Recentemente, o Grupo Makenji, acusado de não pagar impostos, teve suas multas canceladas, gerando um prejuízo aos cofres do Estado superior a R\$ 20

milhões. "Para que as decisões possam ser mais democráticas e transparentes é que propomos a ampliação do número de membros que compõem o Conselho Estadual de Contribuintes", advertiu.

A ampliação, no entender do deputado Jaime Duarte, deve privilegiar a sociedade civil organizada e os órgãos de reconhecida competência nas suas atribuições, como o Ministério Público. Também farão parte do Conselho um representante da

OAB e um da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), entre outros.

O projeto, que amplia o número de conselheiros, vai ser lido esta semana em Plenário e depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça, que analisará a sua constitucionalidade.

Julio Garcia propõe Fórum Permanente do Sul

A intenção do Fórum é unir as forças da região na busca de ideais e mais ações políticas para o atendimento das reivindicações.

Com o objetivo de discutir os problemas e a realização de obras nos municípios da região Sul do Estado, como rodovia Interpraia, duplicação da BR-101, incremento da indústria da moda, porto de Laguna, ZPE de Imbituba, bacia carbonífera e construção da barragem do Rio São Bento, o líder da bancada do PFL, deputado Julio Garcia, propôs a constituição do Fórum Permanente do Sul, que também visa unir as forças daquela região na busca de ideais e mais ações políticas para o atendimento das reivindicações. Este órgão, segundo o parlamentar, deverá ser coordenado pela Associação Comercial e Industrial de Criciúma, contando ainda com a participação das ACIs de Laguna, Tubarão e Araranguá na sua organização.

Devem ainda fazer parte do Fórum outras associações comerciais, Clubes de Dirigentes Logistas, prefeitos eleitos, representação de vereadores, universidades (como Unisul e Udesc) e demais setores da sociedade que estiverem diretamente relacionados com o assunto.

A proposta do parlamentar está alicerçada na representação política do Sul na Assembléia. Será a maior representação política macrorregional dessa região no Legislativo. A partir de janeiro seremos oito parlamentares, e representaremos um quinto do Parlamento catarinense com a chegada do deputado José Paulo Serafim, do PT de Criciúma. Essa composição deverá reverter em luta pelo atendimento das reivindicações da nossa região", disse.

Ele destaca que a região possui importantes minerais em seu subsolo, que constituem matéria-prima fundamental para a indústria. O carvão é usado na metalurgia, na produção de energia elétrica e, no futuro, poderá ser utilizado na produção de gás combustível e de inúmeros outros produtos carboníferos. Em razão das riquezas encontradas, a região abriga a maior concentração de indústrias de extração mineral e de produtos minerais do Estado, sem considerarmos as dezenas de olarias e produtores de cerâmica vermelha

Recursos do Pronaf para SC

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) encaminhou moção ao presidente da República e aos membros da bancada catarinense no Congresso Nacional, reivindicando liberação de recursos do Pronaf para aplicação no estado catarinense. "Nos últimos anos ocorreu uma sensível redução nos investimentos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), resultando em prejuízos às pequenas e médias famílias de agricultores catarinenses. Além disso, poucos são os municípios enquadrados para o recebimento dos recursos", justifica.

De acordo com o parlamentar, a carência de investimentos do Pronaf para a pequena agroindústria de Santa Catarina tem impossibilitado a agregação de valores no sistema produtivo. "Como os quase R\$ 700 milhões destinados aos contratos do Pronaf estão sendo retidos para garantir a cobertura de débitos de financiamentos anteriores, não há recursos disponíveis para aplicação na safra deste ano", explica.

A moção do deputado recebeu apoio de todos os membros da Comissão de Agricultura da Assembléia.

PLENÁRIO

Prorrogação do Refis

Levando em consideração que a comunidade empresarial catarinense está inadimplente e que tem encontrado dificuldades no processo de recuperação, o deputado Clésio Salvaro (PFL) encaminhou projeto de lei pedindo a prorrogação do Programa de Recuperação Fiscal



(fotos Maria do Carmo Kravchynhyn)

(Refis), bem como a possibilidade de os contribuintes efetuarem o pagamento de seus débitos através de parcelamento alternativo.

Pela nova proposta, a opção para formalização do ingresso no Refis poderá ser efetivada até o dia 31 de dezembro deste ano. Além disso, observando o prazo e demais normas previstas na lei, o contribuinte poderá, alternativamente ao parcelamento nela prevista, optar pelo pagamento de seu débito consolidado em até 120 parcelas iguais e sucessivas.

Na hipótese de adoção do parcelamento indicado na nova matéria, o valor da prestação não poderá ser inferior a R\$ 100,00 para as microempresas e empresas de pequeno

Deputado Clésio Salvaro porte e R\$ 600,00 nos demais casos.

De acordo com o parlamentar, a legislação do Refis/SC em vigor compromete um percentual fixo, relativamente significativo, do faturamento médio das empresas, o que, em tempos de globalização e de extrema concorrência, poderá surtir efeitos negativos no desempenho das empresas catarinenses. “Com as modificações feitas no projeto, elas poderão reavaliar suas possibilidades de adesão ao Programa, adequando de maneira coerente seus recursos. Assim, terão condições de retomar seu crescimento e o Governo poderá ver a situação de cobrança regularizada”, explicou.

Olimpíada das Apaes

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) enviou telegrama à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais cumprimentando-a pela realização da XV Olimpíada Nacional das APAEs, a ser realizada de 13 a 19 de novembro próximo, na cidade de Blumenau. Destaca que o evento tem méritos relevantes, uma vez que favorece o desenvolvimento global da pessoa portadora de deficiência e a sua in-

clusão social por meio da prática esportiva adequada às suas necessidades especiais. Essas atividades contribuem para o aprimoramento psicomotor dos atletas, e têm apresentado resultados bastante positivos. Segundo Sorgato, trata-se de uma oportunidade para os atletas mostrarem as suas habilidades, ultrapassando obstáculos, e confraternizarem-se num encontro saudável para troca de experiências.

Barragem do Rio São Bento

Um plano de desenvolvimento sustentado e integrado para a região que será alagada com as obras da futura barragem do Rio São Bento, no Sul de SC, está sendo solicitado pelo deputado Valmir Comin (PPB) ao Governador do Estado. O parlamentar entende que a medida é necessária para ser aproveitado todo o potencial turístico, esportivo e econômico que resultará daquela

obra, especialmente no que diz respeito a hotéis, pousadas, clubes, atividades esportivas aquáticas, além da aqüicultura.

Destaca que para a consecução da proposta é necessário o envolvimento dos municípios que compõem a Amrec, de segmentos da sociedade civil e órgãos públicos estaduais. “É fundamental a participação do Governo nesse projeto de vital importância para o aproveitamento de tão importante obra”, alertou.

Liberação do estoque de arroz

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) está pleiteando ao Ministério da Agricultura e aos integrantes da bancada catarinense no Congresso a liberação de arroz do estoque do Governo Federal para utilização na alimentação animal. “Dados técnicos demonstram a possibilidade de utilização do arroz na alimentação de suínos e aves. O arroz pode substituir o milho sem prejuízos nutricionais. Além disso, o estoque, que está prestes a vencer, pode beneficiar sobremaneira os produtores do setor e os trabalhadores rurais que cultivam o arroz no Estado”, justifica.

Peninha afirma que o Governo Federal possui atualmente no seu estoque regulador cerca de 2 milhões de toneladas de arroz. “Esse produto encontra-

se com a data de validade próxima ao vencimento. O estoque é formado da safra passada e de safras anteriores. Se não lhe for dado um destino, o arroz será perdido”, acrescenta.

Com 586 mil toneladas/ano, Santa Catarina atualmente é o maior produtor de suínos do país, tendo participação de 30% no mercado. Dados apontam uma produção catarinense de 758 mil toneladas de arroz, e a demanda, incluindo a reserva para sementes e perdas, é de 402 mil toneladas.

O deputado entende que a liberação do estoque vai contemplar tanto os produtores de suínos, que terão alimento para o seu rebanho, como os produtores de arroz, que poderão colocar o excedente no mercado.

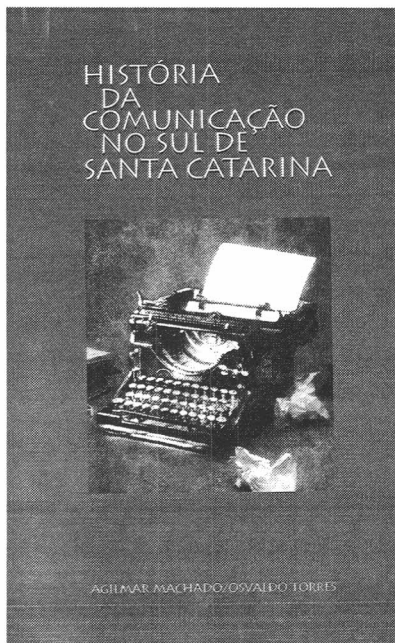
Passe-saúde

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado João Rosa (PTB) que autoriza o Poder Executivo a instituir o passe-saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – que necessitem de exames laboratoriais ou especializados. O passe-saúde consiste no custeio do deslocamento, em veículo de transporte coletivo urbano ou interurbano

com características urbanas, de paciente para a realização de exames complementares requisitados por médicos devidamente credenciados pelo Estado. Para efeito desta lei considerar-se-á os exames destinados à conclusão diagnóstica, sendo necessário o retorno do usuário ao estabelecimento de saúde para posterior apreciação.

GERAL

AL lança livro sobre comunicação no Sul



No próximo dia 31, o jornalista Agilmar Machado e o publicitário Osvaldo Torres estarão reunidos, a partir das 19 horas, no hall da Assembleia Legislativa para o lançamento do livro "História da Comunicação no Sul de Santa Catarina". O ato contará com a presença do presidente da Assembleia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), de outros parlamentares e convidados dos autores da obra.

O livro é dividido em duas partes. Na pri-

meira, Agilmar Machado relata as atividades de comunicação realizadas no período compreendido entre os anos de 1831, quando o jornalista Jerônimo Coelho fundou a imprensa catarinense, e 1970, quando deixou de lado o radiojornalismo para se dedicar exclusivamente à editoria de livros e jornais.

Machado relaciona também uma série de fatos referentes a órgãos de comunicação, que circularam a partir de 1864 nos municípios de Laguna, Tubarão, Orleans, Jaguaruna,

Urussanga, Criciúma e Aranguá, entre outros. Destaca o surgimento e as atividades dos serviços de alto-falantes e rádios, bem como o das repentinhas de emissoras de televisão.

A segunda parte da obra foi elaborada por Osvaldo Torres, que enfoca especialmente os profissionais da comunicação da região Sul do Estado que até hoje atuam no setor. O autor, resgatando os últimos trinta anos, revive curiosas publicações de notícias na imprensa regional no período de 1970 a 2000.

Agroindústrias familiares

Nesta quinta-feira (26), o deputado estadual Pedro Uczai (PT) entregou ao secretário da Agricultura, Odacir Zonta, 51 projetos de pequenas agroindústrias familiares rurais, baseados na Lei do Proagro (Lei nº 10.731).

De acordo com esta Lei, de autoria do próprio deputado e aprovada em 1998, as agroindústrias familiares deverão receber crédito subsidiado, ficar isentas de taxas públicas e receber apoio técnico e tecnológico. Ela também institui o selo "Sabor Colonial". A previsão orçamentária para

pequenas agroindústrias em 2000 é de um milhão de reais para o financiamento de projetos.

O fato ocorreu no gabinete do secretário e contou com a presença de representantes de entidades da agricultura familiar. Assim, de forma coletiva, os autores dos projetos terão mais poder para cobrar do governo a liberação das verbas do financiamento.

Para o parlamentar, "a saída para a agricultura familiar é a agroindústria, para agregar valor à produção e aumentar a renda das famílias que vivem no campo".

Criado o Centro da Memória do Esporte

A proposta de criação do Centro de Memória do Esporte de Santa Catarina no Poder Legislativo, apresentada pelo Deputado Jaime Mantelli (PDT), foi aprovada nesta semana. Com isso, será criado um banco de dados, que ficará disponível aos visitantes da Assembleia e no site do Legislativo na Internet.

A iniciativa visa guardar para a história realizações que marcaram época no campo dos esportes e distinguiram Santa Catarina como o estado que cultiva o desporto nas mais diferentes modalidades. Nesta área de atuação, muitos catarinenses e instituições brilharam no cenário nacional e internacional, elevando e difundindo o nome de nosso Estado.

Mantelli registra figuras ilustres, como o tenista Gustavo Kuerten, os nadadores Fernando Scherer e Eduardo Fischer, o marchador Sérgio Galdino, a fundista Márcia

Narloch, a jogadora de vôlei Ana Moser, os futebolistas Oberdan Vilain, Paulo Roberto Falcão, Mengálvio Figueiró, Antônio Nunes (Lico), Valdo e Ado, entre outros, e instituições, como o Clube Atlético Metropol de Criciúma no futebol, a SER Perdigão de Videira no futsal, a SER Sadiá de Concórdia no voleibol, a GER Sadiá de Chapecó no handebol, a Fundação Municipal de Esportes de Blumenau, entre outras.

Segundo Mantelli, "nada mais justo e digno do que constituirmos acervo de feitos de nossos desportistas, que, pela dedicação e abnegação, representam um exemplo para nossa juventude. São personalidades que alcançaram realizações, alegrias pessoais e fama. Admirados no cenário internacional, são para nós, catarinenses, um orgulho tê-los como conterrâneos".

TVAL comemora um ano

No dia em que completou seu primeiro ano de vida, a TVAL gravou o seu primeiro programa de debates: Troca de Opiniões, com o tema Segurança Pública em Santa Catarina, que deverá ir ao ar nesta quinta-feira (26) às 21 horas, com reprises sábado e domingo, às 9, 14 e 21 horas.

Participaram da gravação do programa, mediado pela Editora de Jornalismo da

TVAL, a jornalista Maria Helena Torres, o Secretário da Segurança Antenor Chinato, os deputados Jaime Mantelli, Jaime Duarte, Francisco de Assis e João Rosa e a jornalista Linete Martins.

O próximo programa terá como tema o Orçamento de Santa Catarina para o ano 2001, para o qual serão convidados, além de deputados, representantes do Governo do Estado.